

A LEITURA DO TEXTO LATINO EM SALA DE AULA – DO PASSADO AO PRESENTE¹

READING LATIN TEXT IN THE CLASSROOM – FROM PAST TO PRESENT

ISALTINA MARTINS

PROFESSORA APOSENTADA DE PORTUGUÊS E LATIM, ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA, COIMBRA

isaltinamartins@sapo.pt

orcid.org/0000-0001-8899-0966

ARTIGO RECEBIDO A 30-03-2020 E APROVADO A 01-10-2020

147

Resumo: Como ensinar, como aprender, os problemas didáticos de sempre, na língua latina, como nas outras disciplinas. É a eterna luta entre o antigo e o novo, a procura de mudança, o desejo de adaptação aos tempos. Tendo como referência a leitura do texto latino na sala de aula, uma análise dos programas oficiais e das recomendações metodológicas neles presentes, passando pelos manuais utilizados, permite-nos avaliar a evolução do ensino/aprendizagem do latim no Ensino Secundário português.

Palavras-chave: latim, didática, competências de leitura.

¹ Este artigo tem por base o texto da participação, no dia 9 de Dezembro de 2019, na Mesa Redonda “A leitura do texto latino em sala de aula”, organizada pelo Núcleo de Estudos em Ensino, CECH, Faculdade de Letras, Coimbra.

Abstract: How to teach, how to learn, the usual didactic problems, in the Latin language, as in other subjects. It is the eternal struggle between old and new, the search for change, the urge to adapt to new times. Using the reading of Latin text in the classroom as reference, analyzing the official programs and the methodological recommendations in them, including the manuals used, allows us to evaluate the evolution of Latin teaching/learning in Portuguese secondary education.

Keywords: latin, didactic, reading competencies.

INTRODUÇÃO

Falar da abordagem do texto latino na sala de aula remete-nos para as questões de didática das línguas clássicas, que se mantêm, hoje como ontem, numa relação conflituosa entre o antigo e o novo, entre um “modelo tradicional” e um “modelo inovador”. Comparam-se metodologias, culpam-se umas pelo mau desempenho dos alunos, responsabilizam-se outras pelo abandono do latim, defendendo uns “o” método, argumentando outros que a aprendizagem se pode alcançar com recurso aos mais variados métodos.

Numa comunicação apresentada no *Colóquio sobre o ensino do latim*, que teve lugar na Faculdade de Letras de Lisboa em maio de 1987, o professor J. Veremans, da Universidade de Gand, comentava, já então, a diminuição do número de horas de latim no *curriculum* escolar e apontava para a necessidade de “repensar totalmente a didática das línguas clássicas” (Veremans 1987: 39), a formação dos professores e a elaboração dos manuais escolares, tendo em conta as novas orientações e estudos de didática que, especialmente a partir de trabalhos publicados já desde 1972, vinham a ser recomendadas. Corroborando esta ideia e destacando o caso português, no mesmo colóquio, Manuel Rodrigues insistia na necessidade de “implementar a

didáctica das línguas clássicas como disciplina científica” (Rodrigues 1987: 211) de modo a impor outro rumo à formação dos professores e, consequentemente, ao ensino/aprendizagem do latim. E a discussão continua ainda hoje, e irá continuar, muito saudavelmente, assim o esperamos, sempre na linha de procurar o melhor caminho, de alcançar os melhores resultados, de renovar e inovar, na formação, no ensino, na aprendizagem.

Neste trabalho propomos-nos abordar, muito resumidamente, as reformas curriculares dos últimos cem anos no que diz respeito aos programas de latim e às orientações metodológicas neles inseridas, bem como os manuais de apoio ao ensino, com especial atenção às referências ao texto latino e modo de abordagem em sala de aula.

I. UM PROBLEMA QUE VEM DE LONGE

Um livrinho de 70 páginas, encontrado há uns anos na biblioteca da escola, e editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1919, motivou na altura, pela sua atualidade, um breve comentário que publicámos no *Boletim de Estudos Clássicos*². Consta esse pequeno opúsculo de uma “Dissertação para o Exame de Estado da Escola Normal Superior de Coimbra”, com o título *Metodologia do Latim*, proferida em 1918 pelo professor António Pires.

O texto tem, portanto, 100 anos, mas o que nele se lê continua a ser verdade no presente, quer no que respeita à situação do latim no curriculum escolar, quer nas metodologias a utilizar.

Queixava-se este professor do estado da educação em Portugal, das dificuldades sentidas, afirmando, logo no início do seu trabalho académico:

² Martins 1997.

“No primeiro quartel do século XX, nesta hora avançada da civilização, fala-se muito de métodos pedagógicos, discutem-se as suas vantagens e apontam-se os seus defeitos.

Mas, logo que se desça ao campo da realidade prática, a lição eloquente dos factos fala mais alto e diz-nos que é preciso modificar as ideias, alterar as impressões e ainda procurar a adaptação. Teoricamente tudo sedutor, agradável e atraente, porém na prática só contrariedades e obstáculos surgem.” (Pires 1919: 9-10)

Lamenta que o latim seja tão pouco estudado (iniciava-se, então, no 4.º ano liceal, correspondente ao atual 8.º ano de escolaridade) dizendo ainda que “do latim também pouco se estuda nos nossos liceus. Os alunos convencidos da sua dificuldade olham-no com desprezo e relegam-no para um plano secundário (...). É preciso reagir contra esta corrente de ódio e antipatia...” (Pires 1919: 17)

150

Fazendo referência aos métodos pedagógicos, defende este professor de latim que as dificuldades só se ultrapassam com esforço e dedicação; trata-se de abrir nos alunos o gosto pelo estudo e pela reflexão, mostrar-lhes as vantagens de ultrapassar as dificuldades, pois é isso que dá outro sabor à vitória. Verifica, no entanto, a falta de estudo dos alunos, que chegam ao final do Curso Geral sem saberem analisar um simples período e que, no que respeita à gramática, a ignorância é colossal. Por isso, interroga-se:

“Donde provém um tal estado de coisas? Dos professores? Não. Da deficiência dos nossos programas e da sua péssima organização. Da falta de vontade e da indiferença por tudo que nos cerca; do nosso sentimentalismo doentio e da descerebração que se nota em todas as classes. Da falta de método e de ordem nas mais pequeninas coisas. Na instrução como em tudo reina a desordem e impera a anarquia; abatem-se as vontades e exalta-se o culto da incompetência.” (Pires 1919: 34)

O texto enumera, de seguida, algumas propostas didáticas, salientando, no entanto, que o método mais importante é o interesse que o professor é capaz de despertar nos alunos. Como consegui-lo, esse é o grande segredo:

“Dentro da aula é necessário que tudo vibre, que tudo se agite e pareça despertar para o mundo das realidades; é necessário ser claro e preciso, metódico e agradável.” (Pires 1919: 44)

“Os processos de ensino são muitos e variados, mas numa época agitada e de transformação social como a actual é preciso reagir contra os antigos métodos e proclamar a soberania dos modernos firmados principalmente na experiência e mais conformes à natureza das coisas.” (Pires 1919: 60)

Reparemos nas palavras utilizadas, as mesmas que atualmente continuamos a ouvir: “reagir contra os antigos métodos”, “proclamar a soberania dos modernos”. O mesmo professor, um ano mais tarde, na hora da publicação do texto, manifesta um maior desânimo com a evolução dos acontecimentos nacionais, mas não deixa de terminar com uma nota de esperança:

“Apesar de todos os ataques, apesar de todas as violências, nós sobre cujos ombros recai o munus de ensinar, seremos os primeiros a entrar no bom combate, a pugnar pelos nossos direitos a reclamar justiça e a pregar o espírito de disciplina, que faz os povos grandes e respeitados, que dignifica e nobilita.” (Pires 1919: 70)

Como se percebe, este texto, com pequenas atualizações, mantém a sua pertinência. Parecem iguais os queixumes, os desalentos, são idênticas as propostas, semelhantes as críticas. É a eterna, e salutar, luta entre o “tradicional” e a inovação, o esforço do professor pela

transmissão do conhecimento, a urgência da renovação dos estudos clássicos, o confronto com outros países que nos deixa sempre a amargura da diferença.

II. UM POUCO DE HISTÓRIA

De forma sintética, faremos, de seguida, uma análise dos documentos de reforma curricular no que diz respeito ao ensino da língua latina, destacando as propostas metodológicas e os manuais de referência.

Depois do texto de 1919 que serviu de mote a esta reflexão, o Ensino Secundário em Portugal passou, na primeira metade do século XX, por outras reformas curriculares (1930, 1936) nas quais o estudo da língua latina foi oscilando em número de anos de estudo e em horas curriculares. No Decreto-Lei n.º 27084, de 14 de outubro de 1936, são também promulgados os programas das diversas disciplinas e, no que toca ao latim, depois de referir a importância do auxiliar principal, o *Método de Latim*, que deve conter toda a matéria do programa, frisa-se que “cumpre ao professor ter em consideração as afinidades deste ensino com a de todas as outras disciplinas, não só quanto à própria matéria e às suas formas de expressão, como, e principalmente, quanto aos processos a empregar (*sic*)”³ (Diário do Governo n.º 241/1936 – I Série: 1260.I) destacando-se, noutro passo, que “o conhecimento adquirido não deixará de ser fixado pela memória, mas a sua aquisição deve ser feita por via do raciocínio.”(id.ib. 1259.II)

³ Confronte-se com a atualidade: a interdisciplinaridade, o trabalho de projeto, os Domínios de Autonomia Curricular, isto é, projetos que integram várias matérias dentro do curriculum, abrangendo, portanto, várias disciplinas.

1. O ENSINO DO LATIM NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

1.1. Entre os anos 1947 e 1970

A reforma do Ensino Liceal de 1947 introduziu os cortes mais drásticos e o latim ficou reservado apenas à secção de Letras do Curso Complementar dos Liceus. Na sequência, em 1948, era publicado o Decreto n.º 37112, que aprovava os programas do Curso Liceal, de acordo com a reforma dos liceus do ano anterior. O latim figurava no *curriculum* dos 6.º e 7.º anos dos liceus (correspondente aos atuais 10.º e 11.º anos de escolaridade).

É interessante fazer uma leitura desses programas e ver o que aconselhavam sobre metodologias.

Podemos ler, no programa para o 6.º ano, as indicações quanto aos textos a estudar:

“Leitura e versão de textos, de começo muito simples, adequados ao estudo sumário da Itália antiga, das lendas de Roma e da vida latina. Leitura e versão de trechos de Eutrópio, de biografias do “*De Viris illustribus...*” de Lhomond, de fábulas de Fedro, de trechos de Cornélio e alguns capítulos de César.” (Diário do Governo n.º 247/1948 – I Série:1092.I)

Quanto ao 7.º ano ditava: “Leitura e versão de textos latinos, graduados por ordem crescente de dificuldade, dos seguintes autores: Salústio, Cícero, Ovídio, Virgílio, Tito Lívio, Séneca, Quinto Cúrcio e Aulo Gélio.”.

Nas *Observações* finais do Programa fala-se, concretamente, de metodologias:

“Deverá o professor evitar os processos didácticos que possam tornar este ensino, de boa ginástica intelectual que é, num estudo

árido, mecânico, despido de interesse. Antes procurará seguir uma didáctica apropriada e intuitiva, pela qual mostre, naturalmente, ao aluno o poder de clara concisão que resulta da síntese casual, a perfeita naturalidade e precisão de sentido que deriva da prefixação, e até da sufixação, e a lógica das construções e ordenações latinas, que se prestam a sugestivos exercícios de raciocínio, justamente adequados ao momento intelectual dos alunos do 3.º ciclo. Não quer isto significar que se menospreze ou descure o ensino gramatical. O ensino da gramática é indispensável; mas cumpre ensiná-lo tendo em vista que constitui apenas um meio de exercitar as faculdades intelectuais dos alunos e de os levar a adquirir a posse da língua escrita.” (id.ib.1092.II)

E, mais adiante, acentua-se:

154 “São, assim, rigorosamente proscritos os métodos passivos. A intuição e a indução devem constituir os processos predominantes; a dedução só poderá utilizar-se quando a regra se houver estabelecido por via indutiva. Em geral, porém, o ensino deverá basear-se nos textos e, desde os preliminares, partir de exercícios, orais e escritos, de versão e retroversão, nos quais os alunos colaborem...

Como a versão é o objectivo fundamental do ensino desta língua, impõe-se que, em vez de se apresentarem aos alunos simples frases ou reduzidos textos *ad hoc*, para indução das regras a ensinar, se lhes facultem verdadeiros textos, que, embora muito simples, sobretudo de começo, sirvam efectivamente para treino eficiente na arte de traduzir.” (id.ib.1092.II)

Em relação aos textos indica:

“É óbvio que deverão ser escolhidos trechos sugestivos que constituam pequenas unidades, ... que não sejam longos, não pequen por abundâncias de construções sintácticas particulares

A selecta poderá ser ilustrada e não conterá qualquer espécie de vocabulário” (id.ib.1094.I)

O Decreto n.º 39807, de 7 de Setembro de 1954, que vem introduzir algumas alterações ao estabelecido, apresenta também orientações específicas no que respeita ao estudo do texto latino. Aí se afirma, por exemplo, em relação ao 7.º ano dos liceus:

“Não deverá submeter-se o método do ensino desta língua à didáctica do ensino da língua pátria ou à didáctica do ensino das línguas vivas estrangeiras. A uma índole linguística e a um objectivo diferentes terão de corresponder processos pedagógicos diferentes.”(Diário do Governo n.º198/1954 – I Série: 988.II)

Atendendo a que se trata de um ciclo terminal, já de “cultura especializada”, justifica:

155

“o emprego de processos de ensino em que a auto-educação e a auto-disciplina podem desempenhar a primacial função. Por isso, a acção do professor não poderá confinar-se exclusivamente ao trabalho escolar realizado nas aulas. O seu labor pedagógico consistirá principalmente em orientar, verificar, corrigir, ampliar e aperfeiçoar o trabalho que os alunos tenham executado fora da sala de aula, depois de o ter preparado com elucidação minuciosa relativa à utilização dos instrumentos e meios de execução das tarefas distribuídas...”(id.ib.)

A seleta de textos espelhava o que o programa legislava. Em 1954, Nunes de Figueiredo, professor do liceu D. João III, em Coimbra, publicava a sua *Initia Latina* para o 6.º ano dos liceus, que viria a ser aprovada como livro único, e que, lê-se no prefácio, está “de acordo com o espírito e as exigências da lei”. Dividida em duas partes, destinava-se a primeira

ao estudo da morfologia, com textos adequados a uma progressão na aquisição de conhecimentos; a segunda parte continha os textos selecionados dos autores do programa. Os textos não inseriam qualquer vocabulário ou introdução ao tema, havendo, para os textos dos autores latinos, algumas notas em anexo no final do livro. Quanto a metodologias, propunha no prefácio à 1.^a edição:

“Os vários assuntos da morfologia devem ser dados com segurança, mas devagar, para que o aluno fique na posse, tanto quanto possível das declinações e das conjugações. ... Lembremo-nos de que os alunos não podem falar latim, porque os Latinos lhes não transmitiram, nos textos literários, as palavras necessárias para as exigências da vida corrente, e até porque o método directo, mesmo nas línguas vivas, tal como se pratica, está muito longe da eficácia que, por vezes, se lhe atribui.” (Figueiredo 1962: 9-10)

156

Na “Primeira parte”, o “Estudo da morfologia” começava com o texto “*Roma in Italia*”, de que se apresenta um excerto:

“Roma est in Italia. Italia est in Europa; non est insula, sed paeninsula, longa, non lata. Italia est terra magna et bona. Pulchra quoque est. Italia nunc non est barbara, sed terra humana et exculta.

Roma primo parva erat; forma Romae erat quadrata. Plana non erat. Magna et clara regina terrarum erat.

Roma nova est in Italia antiqua. In Europa magna est. Romae potentia est nota. Campania est fecunda et amoena terra Italiae.” (id.ib.: 23)

Como podemos constatar pela leitura do texto, há um apelo à memorização de frases simples, repetitivas e que proporcionam o diálogo pergunta/resposta. Não há, no entanto, qualquer orientação

metodológica. Cabia ao professor decidir como explorar o texto na aula, a ele pertencia a escolha da metodologia que considerasse mais adequada.

Para dar continuidade, no 7.º ano, o *Latini Auctores*, do mesmo professor, seguia uma estrutura idêntica: textos apenas com um título, sem qualquer introdução ao tema, sem notas, sem referências gramaticais, pois, como livro de consulta, havia a Gramática. No final incluía um capítulo de “Literatura Latina”, com referência à sua atualidade e influências na literatura portuguesa. Terminava com algumas notas sobre questões gramaticais consideradas mais complexas em cada texto.

Assim se manteve, durante largos anos, o mesmo programa e o mesmo livro único.

1.2. Anos 1970 -1990

Os anos 70 trouxeram alguma mudança. Com base em leituras que chegavam do estrangeiro, buscavam-se outros temas, ensaiavam-se novas formas de transmitir aos alunos o gosto pelo latim e pela cultura clássica. Manuais de França, de Inglaterra e de Espanha eram o recurso de materiais a usar, de propostas de exercícios, de textos adaptados. Aliando o estudo da língua ao da civilização e cultura, estes manuais, que inspiravam os professores nas nossas escolas, partiam do texto para a exploração do conteúdo e depois para a explicação das principais questões gramaticais. O aluno era, desse modo, conduzido na leitura do texto para apreensão do sentido global e daí para o particular.

Década de revolução, a mudança política tinha de chegar à educação e aos estudos clássicos, nomeadamente ao estudo da língua latina.

Em 1978, foi feita uma atualização dos programas, que veio acompanhada de dois livrinhos com textos de apoio⁴. A língua e a cultura

⁴ Direcção-Geral do Ensino Secundário (1978), *Latim - Textos de apoio para o 10.º ano de escolaridade*; Direcção-Geral do Ensino Secundário (1978), *Latim - Textos de apoio para o 11.º ano de escolaridade*.

andam a par, os capítulos estão subordinados aos temas de cultura, havendo em cada texto uma introdução ao tema que nele é tratado. A introduzir os textos de apoio para o 10.º ano, lê-se num capítulo intitulado *Observação*:

“Os três primeiros textos em Latim que são apresentados exemplificam apenas aquilo que se poderá fazer, em diálogo com a turma, numa primeira fase de iniciação e pressupõem que a sensibilização ao sistema de língua se fará a partir da frase, por processos simples, organizados e conduzidos pelo professor.

... os textos em latim que se lhes seguem pressupõem que os alunos já deverão estar de posse da noção de caso, do conhecimento dos casos latinos e das suas funções mais gerais, de várias estruturas sintáticas, de algumas regras de concordância e da 1ª declinação, além disso, terão iniciado já o estudo da morfologia verbal ... e devem ter fixado algumas dezenas de vocábulos, incluindo algumas formas do pronome interrogativo.” (Direcção-Geral do Ensino Secundário 1978: 10)

Eis uma amostra do primeiro texto que aí é apresentado, antecedido de um mapa de Itália, com os nomes das regiões e dos mares em latim:

“Ecce tabula geografica. Tabulam geographicam monstro.

Hic est Roma. Hic est Italia. Roma est in Italia. Vbi est Roma?

– Roma est in Italia.

Ecce Europa. Hic est Italia. – Vbi est Italia? – ...

Ecce Hispania. – Vbi est Hispania? – ...” (id.ib.: 24)

Como podemos perceber, há agora, um convite à leitura, ao diálogo, às perguntas e respostas em latim. Acrescentam-se, a introduzir os vários capítulos, textos informativos de civilização e cultura, cumprindo as rubricas do programa. Contudo, os textos latinos eram, manifestamente,

insuficientes para a prática letiva. Por isso, os professores procuravam em manuais estrangeiros ajudas para a sua atividade docente. Desses manuais destacam-se, a título de exemplo, os ingleses *Ecce Romani*, constituído por seis pequenos livros de textos e exercícios, divididos por temas, acompanhado ainda por dois livros do professor e um outro sobre métrica latina, ou o *New Approach to Latin*, em dois volumes. Eram esses textos iniciais, com imagens, que os professores de latim adaptavam às suas aulas, traduzindo o vocabulário e os exercícios para portugueses.

No entanto, todos estes manuais apresentavam para nós portugueses um problema: a faixa etária dos alunos a que se destinavam. Nos mencionados países, o estudo da língua latina iniciava-se nos anos correspondentes ao nosso atual 3.º ciclo do Ensino Básico; eram jovens de 12/13 anos e, para além disso, tendo no curriculum mais anos de estudo da língua do que os nossos alunos, isso permitia aprofundar, paulatinamente, os conhecimentos linguísticos⁵. Em Portugal, fazendo-se a iniciação ao latim aos 15/16 anos e sendo o latim estudado apenas durante dois anos no Ensino Secundário, o ritmo de aprendizagem teria de ser, necessariamente, diferente. Colocavam-se, portanto, dois problemas: por um lado, o tipo de textos, não adaptados à idade dos alunos portugueses, por outro a morosidade da repetição daquelas estruturas sintáticas simples e que não davam hipótese a grande desenvolvimento de ideias; a juntar a isso a necessidade e os pôr em contacto com os textos dos autores latinos, correndo, assim, o risco de saírem do Ensino Secundário sem terem visto um texto de Cícero ou de Virgílio.

⁵ Marius Lavency, professor emérito da Universidade de Lovaina-a-Nova, esclarecia, num colóquio realizado em Lisboa em 1992 (Lavency 1992:182), os princípios que presidiam à elaboração dos manuais escolares, nomeadamente o *Aditus* de que era um dos autores: depois de definidos os objetivos que conduziam, através da motivação, à introdução e estudo progressivo da língua latina, que se iniciava com alunos de 12 anos de idade, os textos, subordinados a temas de cultura romana, eram constituídos por frases muito simples e repetitivas das estruturas sintáticas.

Como metodologia de análise do texto propunha-se, por exemplo:

Uma primeira leitura, expressiva, feita pelo professor, seguida de algumas perguntas sobre a ideia geral do texto, e/ou uma leitura feita pelo aluno e que conduzia a novas perguntas e aprofundamento de particularidades; um questionário em latim; só depois desta compreensão global se partia, por vezes, para a tradução do texto, na totalidade, ou de pequenas partes.

Diálogo com os alunos sobre o que tinham entendido do texto, confirmado com as frases ou expressões que permitiam essa compreensão.

As questões gramaticais, resumidas em cada texto ao essencial, só apareciam no final para serem explicadas e memorizadas com exercícios de aplicação. O texto e o seu contexto, com os temas de civilização e cultura, era sempre o ponto de partida para o estudo das estruturas linguísticas.

160

É nesta altura que aparece, para procurar responder às necessidades dos professores, numa iniciativa da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos (APEC), em colaboração com o Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Coimbra, por proposta de duas professoras do Ensino Secundário (Isaltina Martins e Maria Teresa Freire), a publicação de um *Boletim*, que veio estabelecer uma relação mais direta entre a Universidade e o Ensino Secundário. Surgiu, assim, este *Boletim de Estudos Clássicos* que, em junho de 1984, começámos a publicar. Aí se incluíam textos graduados de iniciação ao latim e ao grego, propostas didáticas, notícias de interesse, referências bibliográficas, materiais que os professores apreciavam e que eram de grande utilidade para a prática letiva.

1.3. Anos 1990

A década de 90 do século XX foi pródiga em reflexões, em discussão sobre o ensino da língua latina, e também da língua grega, sobre didática e renovação de materiais de apoio ao ensino. Realizavam-se, anualmente, reuniões de estudo nas principais universidades que ministravam o curso de línguas clássicas. Ora em Lisboa, ora em Coimbra, e mais tarde também em Aveiro, as línguas clássicas, na vertente de investigação e de ensino, eram o tema de colóquios de âmbito nacional e internacional, nos quais se fazia a análise dos documentos oficiais, se discutiam as reformas e a situação das línguas clássicas nos diferentes países, se apresentavam propostas didáticas variadas, visando contribuir para a formação contínua dos professores e para a renovação das metodologias de ensino.

Em 1991, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) e dos novos planos curriculares aprovados pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, o Despacho n.º 124/ME/91, de 31 de julho, aprova os programas das disciplinas que integram os planos curriculares. O novo programa de Latim incluía algumas orientações metodológicas que salientavam, desde logo, pretenderem:

“não ser condicionantes da originalidade pedagógica de cada professor”, visto que “As normas pedagógicas procuram responder a esta questão: “como atingir, o mais facilmente possível, os objectivos específicos da língua latina?”. Como não há normas de valor absoluto em pedagogia, não há intenção de sujeitar todos os professores e todos os alunos aos mesmos processos.” (Ministério da Educação 1991: 29)

E, mais adiante, acrescentava-se:

“O ensino da língua latina não é um processo estático, vive muito da imaginação do professor, renova-se continuamente pelo

recurso a novas estratégias, impedindo a instauração da monotonia. Uma metodologia continuamente renovada manterá os alunos agradavelmente envolvidos na aprendizagem de uma disciplina como o latim, que exige o contínuo empenhamento e trabalho do discente.” (id.ib.)

Em relação à iniciação, precisava:

“Convém que os primeiros textos latinos (não autênticos) postos à consideração dos alunos sejam muito simples e baseados em assuntos civilizacionais...”(id.ib.)

Considerando como hipótese irreal que os alunos do Ensino Secundário venham a conseguir ler os textos no original, dá-se importância à tradução do texto pois é ela que levará à compreensão. Daí as sugestões metodológicas que este programa insere, para encaminhar na tradução, através de uma introdução ao conteúdo, de leitura expressiva, de diálogo para explorar as partes mais difíceis do texto, da análise do vocabulário, partindo sempre do já conhecido, da relação com o português, etc. Lê-se também que “a tradução, além de ser um ótimo exercício de desenvolvimento intelectual, contribui para um melhor domínio da língua portuguesa e para incrementar o sentido do estético.” (id.ib.: 32)

Em 1995, o Departamento do Ensino Secundário fazia chegar aos professores as “Orientações de Gestão do Programa”, estabelecendo, para cada um dos anos (10.º, 11.º e 12.º) o “núcleo significativo de objectivos e conteúdos da disciplina de latim e seu desenvolvimento ao longo de três anos”. Aí se chamava a atenção para o objetivo fundamental da disciplina “compreender e traduzir correctamente, com o auxílio do dicionário, textos latinos de dificuldade moderada” e se afirmava que as rubricas de civilização e cultura deviam ser restringidas ao essencial para a compreensão dos textos, visto que a disciplina era de “Latim” e

não de “Latim e Civilização Romana”. Quanto ao texto latino, dizia-se, em relação ao 11.º ano que “os textos latinos autênticos devem ser fáceis, ou anotados e contextualizados, de forma a diminuir a sua dificuldade.”

Estas orientações metodológicas geravam, como é natural, alguma controvérsia. Havia quem defendesse, por exemplo, que o latim devia ser estudado sempre a partir de textos autênticos, condenando todo o texto que não tivesse sido escrito por um autor latino, um falante da língua, excluindo assim, mesmo as adaptações de Lhomond que vinham nos programas anteriores e nas seletas de textos.⁶

Os manuais que então apareceram e se subordinavam a estes programas, começavam com textos elaborados pelos autores, que seguiam os temas de cultura e iam introduzindo as questões gramaticais. Sendo agora uma disciplina trienal, a distribuição dos conteúdos permitia ir mais longe no estudo do texto latino e, portanto, depois dos textos “construídos” para a iniciação à língua, eram estudados os textos dos autores latinos, sempre acompanhados de uma introdução ao tema tratado e com as necessárias notas elucidativas de estruturas gramaticais mais complexas.

De um manual então usado para o 12.º ano, apresentamos um exemplo de leitura da Ode I, 4 de Horácio (o regresso da primavera), em que, depois da introdução, vinham, no final do texto, algumas notas explicativas, a que se seguia um questionário, na rubrica “Pistas de leitura”, que procurava, em primeiro lugar, levar à compreensão, antes de proceder à análise linguística e à tradução:

“1. Destaque os elementos que o poeta apresenta como anunciadores da Primavera.

1.1. Distinga os elementos naturais e os mitológicos.

⁶ Cf. Maria Cristina Pimentel (1993: 195): “os textos a utilizar deverão ser sempre de autores latinos. Isto é: ponho de parte tudo o que tiver sido escrito por não falantes do Latim, ainda que se chamem Lhomond. Recuso ainda todas as frases e textos do chamado “latim forjado”, por muito que a sua simplicidade e comodidade me pareça atractiva.”

2. Divida o poema em partes e explicita o sentido de cada uma.
3. Explique o valor expressivo da repetição de *nunc* (9.º verso e 11.º).
4. O poema começa, logo no primeiro verso, pelo contraste entre *hiems* e *ueris*.
 - 4.1. Procure no poema outros contrastes e mostre a sua significação e expressividade.”⁷

2. A PARTIR DO ANO 2000

A Reforma do Ensino Secundário, aprovada em 2004 pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, é o culminar de um longo período de trabalhos, que, desde 1998, sob o título “O Ensino Secundário em Debate”, deu lugar a um conjunto de publicações, de estudos de especialistas nacionais e internacionais, de reflexões de escolas e professores, de debates e pareceres públicos.

Os novos programas foram sendo, entretanto, elaborados, e, no caso da disciplina de Latim, homologados em 2001.

Com esta nova reforma curricular, a disciplina de Latim, anteriormente de três anos (10.º, 11.º e 12.º), divide-se agora em duas disciplinas, uma denominada Latim A, para o 10.º e o 11.º anos, e Latim B, como opção no 12.º ano.

São os mesmos programas homologados em 2001 que se mantêm ainda em vigor. Quanto a Sugestões Metodológicas, aí se diz, por exemplo:

“Chegamos ao conhecimento da língua latina a partir de textos escritos. Logo, o estudo da língua deve partir sempre do texto que, sempre que possível, deve ser autêntico, pois só ele é, realmente, testemunho de uma época. Mas, dada a fase de iniciação do estudo da língua e a dificuldade em seleccionar

⁷ Martins & Soares 1995: 193.

textos acessíveis à progressão dos conhecimentos linguísticos, torna-se necessário, por vezes, recorrer a textos construídos ou adaptados que apresentem algum desenvolvimento e unidade de sentido.

Os textos bilingues (latim e tradução portuguesa), permitindo o confronto das duas línguas, podem proporcionar metodologias conducentes ao estudo da estrutura da frase e da morfologia do latim, bem como à exploração de questões de civilização e cultura.” (p. 23)

Vemos, assim, que, em relação a métodos, se excetuarmos o recurso às tecnologias, nada de novo encontramos. Afinal, sempre foram os mesmos os objetivos que os professores perseguiram, na sua busca de melhor contribuir para a preparação dos alunos, para o seu crescimento em saber, em aprendizagens novas, em enriquecimento cultural, em desenvolvimento pessoal.

Mesmo o agora chamado “método natural”, ou ativo, para o ensino do latim é uma adaptação do já distante método de Ørberg, o professor dinamarquês que o idealizou em meados do século passado, à semelhança das novas metodologias de ensino das línguas modernas. Portanto, a referência a métodos ativos já vem de longe e, com certeza, o conceito terá variado ao longo dos tempos, embora, na verdade, sempre tenha os mesmos objetivos, que são os de todo o ensino, os de todo o professor: não deixar que a aula seja enfadonha, mobilizar os alunos para a aprendizagem, envolvê-los no processo-aula, despertar-lhes o gosto pelo conhecimento, inculcar-lhes hábitos de trabalho, torná-los participativos e não meros espectadores dormientes numa espera ansiosa do toque de saída.

165

III. CONCLUSÃO – QUE LEITURA DO TEXTO LATINO NA SALA DE AULA?

Como língua de cultura, é nessa qualidade que tem de ser estudada a língua latina. Deve estar sempre presente a relação com a atualidade, quer através da herança linguística, quer através da herança cultural que dos romanos recebemos, numa constante ligação do latim com o português. É nesse espírito que têm lugar os exercícios para aprendizagem do vocabulário, levando à fixação de uma base lexical que permita, paulatinamente, entender o texto sem o recurso constante ao dicionário.

Na aula de latim, o texto tem, portanto, várias funções. É pelo texto que chegamos ao conhecimento de uma época, de uma cultura, de uma literatura. É pelo texto que chegamos ao estudo da língua. Por outro lado, só pelo conhecimento da gramática da língua podemos ter acesso ao texto.

Que metodologias, então? Qual o lugar da gramática na aprendizagem da língua latina? Uma gramática normativa, que parta do estudo das regras para o estudo do texto? Como vimos pelos exemplos apontados e pela análise dos programas, esse é um método há muito abandonado. O método dito “natural”, baseado nas metodologias utilizadas para o estudo das línguas modernas? Também este não parece ser “o” método salvador para a aprendizagem do latim, será apenas **um** método que, a par de outros, ajudará na abordagem da língua, na compreensão do texto, na fixação de vocabulário, na memorização de regras gramaticais. Os mesmos professores que falam da sua experiência com o método indutivo, reconhecem, também, que, na verdade, usam um método híbrido, uma mistura do método gramática-tradução e do método indutivo-contextual, ou materiais próprios. Veja-se a experiência narrada por Cristóbal Macías Villalobos:

“frente a la disyuntiva que a veces muchos profesores de Latín se plantean sobre cuál es el mejor método a seguir con sus alumnos, si el gramaticalista, que al fin y al cabo es el que la Selectividad ha venido exigiendo hasta ahora, o el que pone el acento en potenciar la competencia oral y escrita en la propia lengua latina, llamémoslo método activo o inductivo-contextual, por nuestra experiencia proponemos abrir una tercera vía, la que apuesta por construir el proceso de aprendizaje desde los presupuestos del método activo, pero sin renunciar a ciertas actividades que nos van a garantizar un mejor dominio de los aspectos gramaticales y léxicos por parte de los alumnos, en suma, eso que llamamos método híbrido.” (Villalobos 2017: 30)

E, convém lembrar, não há uma metodologia milagrosa que leve a aprender sem esforço, sem atenção, sem memorização, sem compreensão, sem reflexão. É preciso não esquecer que o texto leva ao estudo da língua, mas não pode ser entendido sem o conhecimento da gramática. Por outro lado, a progressão na aprendizagem só será possível com a memorização: da morfologia, da sintaxe, do vocabulário, de questões de civilização e cultura. Só num encadear de conhecimentos se poderá progredir em termos de compreensão.

As tecnologias, que agora são postas em primeiro plano para tudo, são um importante auxiliar, mas com elas apenas recolhemos informação, não adquirimos conhecimento. E sem o conhecimento nunca se chegará à leitura e à compreensão do texto.

BIBLIOGRAFIA

Departamento do Ensino Secundário (1995), *Latim – 10.º, 11.º e 12.º anos – Orientações de Gestão do Programa*.

Direcção-Geral do Ensino Secundário (1978), *Latim – Textos de apoio para o 10.º ano de escolaridade*.

- Figueiredo, J. N. de (1962, 7.^a ed.), *Initia Latina*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Freire, M. T. (1992), “Leitura expressiva e compreensão do texto”, *Boletim de Estudos Clássicos* 17: 79-85.
- Lavency, M. (1992), “Le Manuel pour l’enseignement du latin aujourd’hui: un témoignage”, *Colóquio sobre o ensino das línguas clássicas – Classica* 18: 179-194.
- MacNaughton, E. G., & McDougall, T.W. (1973), *A New Approach to Latin*, Edinburgh: Oliver & Boyd.
- Martins, I. (1997), “Ensino/aprendizagem do latim. Ontem e hoje – Que diferenças?”, *Boletim de Estudos Clássicos* 28: 155-164.
- Martins, I. (1997), “Para uma Nova Didáctica das Línguas Clássicas – que materiais”, *Colóquio Internacional sobre o ensino do Latim – Classica* 22: 249-255.
- Martins, I., & Freire, M. T. (2004), *Nova Itinera – Ano 1*, Porto: Edições ASA.
- Martins, I., & Soares, J. (1995), *Latim 3 – Língua – História Literária – Cultura*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Ministério da Educação (1991), *Latim e Grego – Organização Curricular e Programas*. DGEBS.
- Pimentel, M. C. (1993), “O manual de latim: caixa de Pandora ou cornucópia da abundância?”, in *As Línguas Clássicas – investigação e ensino*, Actas, Coimbra: Faculdade de Letras, 189-198.
- Pires, A. (1919), *Metodologia do Latim – Dissertação para o Exame de Estado da Escola Normal Superior de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rodrigues, M. (1987), “Didáctica do Latim e formação de professores”, in *Colóquio sobre o ensino do Latim – Actas*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 211-219.
- Rodrigues, M. (1992), “A Leitura no processo ensino/aprendizagem das línguas clássicas”, *Colóquio sobre o ensino das línguas clássicas – Classica* 18: 223-231.
- The Scottish Classics Group (1971), *Ecce Romani – A Latin Reading Course*, Edinburgh: Oliver & Boyd.
- Veremans, J. (1987), “La culture générale et les tendances actuelles de la didactique du latin. L’importance des objectifs d’enseignement.”, in *Colóquio sobre o ensino do Latim – Actas*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 35-52.

Villalobos, C. M. (2017), “La aplicación del método inductivo-contextual a la enseñanza del latín a nivel universitario”, in C. Cravo, & S. Marques (coords.), *O Ensino das Línguas Clássicas: reflexões e experiências didáticas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 13-33.

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto n.º 18 779, de 26 de Agosto de 1930 – Nova organização dos cursos liceais.

Decreto-Lei n.º 27 084, de 14 de Outubro de 1936 – Regulamenta a reforma curricular para o Ensino Liceal e promulga os programas das diversas disciplinas.

Decreto-Lei n.º 36 507, de 17 de Setembro de 1947 – Promulga a reforma do Ensino Liceal.

Decreto n.º 37 112, 22 de Outubro de 1948 – Promulga os programas das várias disciplinas.

Decreto n.º 39807, de 7 de Setembro de 1954 – Introduce alterações ao anterior.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto de 1989 – Aprova os novos planos curriculares.

Despacho n.º 124/ME/91, de 31 de Julho de 1991 – Aprova os programas das disciplinas que integram os planos curriculares.

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março de 2004 – Aprova nova reforma do Ensino Secundário.

169

